



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar - RAP do “Empreendimento Hídrico Santa Maria da Serra”, de responsabilidade da Companhia Energética de São Paulo-CESP.

Realizou-se no dia 26 de março de 1997, às 19:00, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Piracicaba, na Rua Alferes José Caetano, 834, Piracicaba, a Audiência Pública sobre o Relatório Ambiental Preliminar-RAP do “Empreendimento Hídrico Santa Maria da Serra”, de responsabilidade da Companhia Energética de São Paulo-CESP, promovida pela Secretaria do Meio Ambiente e coordenada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema. Depois de declarar abertos os trabalhos, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, em um primeiro momento informou que, em nome do Secretário do Meio Ambiente, Deputado Fábio Feldmann, a quem representava nesse evento, saudava a todos e os convidava a participar de mais esse exercício de democracia em defesa do patrimônio ambiental do Estado de São Paulo; em um segundo momento, declarou que, no exercício de sua função, tinha a competência de coordenar as Audiências Públicas e que essa era a primeira que se realizava nessa fase inicial do processo de avaliação de impacto ambiental, isto é, quando apenas havia sido elaborado o Relatório Ambiental Preliminar-RAP, como facultava a Resolução SMA 42/94 promulgada em dezembro de 1994. Em seguida, convidou para compor a Mesa a representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Elza Takahashi, e o representante do Consema, Alcir Villela Jr. e ofereceu esclarecimentos acerca das regras que regeriam os trabalhos da audiência. Convidou, então, os representantes da CESP, para apresentarem o projeto em discussão. O primeiro a fazer uso da palavra foi o Diretor do Departamento de Hidrovias da CESP, Joaquim Carlos Teixeira Riva, cuja exposição continha, grosso modo, as seguintes informações: que esse projeto havia sido elaborado há cerca de cinco anos e que a CESP havia contribuído para que ele tomasse a forma final com a qual se apresentava; que era considerado muito importante o projeto da Hidrovia Tietê-Paraná, por envolver o Rio Paraná e seus principais afluentes, formando juntos uma rede hidroviária que cobrirá 70% do PIB do Mercosul; que esse sistema hidroviário terá capacidade operacional para movimentar anualmente cerca de 20 milhões de toneladas de carga no trecho Tietê, sendo que a dos entroncamentos multimodais de Perdeneiras/Jaú será de 7 milhões/ano, a de Conchas/Anhembí/Anhumas, de 4,5 milhões de toneladas/ano, e a de Santa Maria da Serra, de 0,5 milhão; que, em função da capacidade operacional e da concepção do projeto de suas eclusas, esse sistema hidroviário possuirá potencial para transportar, no trecho Tietê, 20 milhões de toneladas anuais de cargas “eclusadas”, sendo que 10 milhões delas poderão ser transportadas em cada sentido, ou seja, a montante e a jusante; que esse sistema cobrirá as regiões Sul e Centro-oeste brasileira e grande parte da Argentina; que serão aí produzidos 50 mil megawatts de potência; que em sua extensão se concentrarão as mais operosas estradas do continente, possibilitando um transporte multimodal, ou, mais precisamente, uma rota multimodal; que a importância desse projeto para o Município de Piracicaba – principalmente para o Distrito de Artemis -- decorria do fato de ele situar-se em um dos extremos desse sistema hidroviário, possuir um fantástico potencial industrial e um potencial comercial muito grande; que essa hidrovia era considerada parte da Hidrovia Mercosul, cuja primeira fase se encontrará praticamente concluída no final desse ano, com a conclusão da montagem eletro-mecânica da eclusa da UHE de Jupiá, e que, ao alcançar Itaipu, serão 2.400 km navegáveis, unindo um grande número de Estados; que a implantação desse sistema contribuirá para que se interliguem quatro dos cinco maiores produtores de grãos do País, além de atender duas de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

suas mais importantes zonas industriais, a RMSP e a Região Metropolitana de Piracicaba, de Mogi-Guaçu e Campinas; que esse trecho do Tietê fará conexão com ferrovias e estradas, possibilitando o escoamento para o Porto de Santos; que, com a implantação dessa hidrovia, a partir de 1998 o transporte de carga que sairá de Piracicaba destinando-se a Buenos Aires terá preço mais acessível do que por via marítima ou rodoviária, podendo uma única indústria fazer uma economia da ordem de 120 milhões de dólares-ano; que se terá em Pederneiras um terminal, que será operado pela Companhia de Navegação do Tietê, constituindo um verdadeiro complexo; que a CESP tinha um plano simples e ágil e estava fomentando a implantação de indústrias ao longo do Hidrovia Tietê-Paraná; que outros terminais ou entroncamentos multimodais serão necessários para o escoamento; que o grande problema do Rio Tietê era sua sinuosidade, o que dificultava a execução de obras; que os estudos que foram elaborados planejaram uma barragem no Município de Santa Maria da Serra, o que possibilitará que o Rio Piracicaba tenha um trecho com mais de 40 km navegáveis, dentro do padrão já implantado pela Hidrovia Tietê-Paraná; que a operação de terminais multimodais de carga em Artemis possibilitará, pela somatória de diversas características - proximidade dos grandes centros, uma estruturada malha de transportes, excelentes condições de escoamento, instalações para transbordo -, uma sensível redução nos valores de fretes de carga; que se esse terminal fosse implantado, não em Artemis, mas em Santa Maria da Serra, seriam necessários, entre outros recursos, uma conexão hidro-ferroviária e a duplicação da SP204; que a localização desse entroncamento em Artemis é decorrência da existência, entre outras, das seguintes características: situar-se no ponto mais a montante da Hidrovia Tietê-Paraná, com características adequadas para a interligação à diversificada e estratificada malha rodo-ferroviária da região de Campinas; apresentar condições topográficas adequadas para a implantação das estruturas fluviais e de outros empreendimentos às margens da hidrovia; poder o reservatório, com a implantação da barragem em Santa Maria da Serra, operar a fio d'água, na cota 457 m.s.n.m., facilitando as instalações e as operações de manuseio de carga entre embarcações e terminais; proximidade de núcleos urbanos estruturados como Piracicaba, Americana e outros, com características favoráveis para o desenvolvimento de pólos hidro-industriais e turísticos, áreas de lazer, entroncamentos multimodais de carga e entrepostos de armazenagem, entre outros; disponibilidade de mão-de-obra com diversos níveis de qualificação; a presença de instituições educacionais de nível; a existência de setor de serviços desenvolvido e com capacidade para expansão; existência de grande parque industrial já instalado; possibilidade de obterem-se rotas otimizadas de acesso aos principais centros geradores e consumidores de carga, determinando menores custos de transporte e maior potencial de atração para as empresas; e o fato de a cota de desapropriação de Barra Bonita na área do empreendimento ser de 453 m.s.n.m. e de o reservatório de Santa Maria da Serra ficar com grande parte dessa área, que é de 32 km², contida dentro dessa cota, reduzindo-se, assim, a necessidade de desapropriação; que foram feitos vários estudos sobre a cota e constatou-se que aquelas que têm lugar no período de cheias, de dez em dez anos, são praticamente as mesmas e que, a partir de um determinado nível, essas cheias, com ou sem as barragens, terão as mesmas conseqüências; que foi formada a cooperativa dos produtores do pólo hidro-industrial e turístico de Piracicaba, que se encontrava totalmente comprometida com a implementação desse projeto. Em seguida, o Diretor de Meio Ambiente da CESP, Daniel Salati, ofereceu as seguintes informações: que estava, há algum tempo, discutindo com a comunidade esse empreendimento, em todos os seus aspectos, inclusive aqueles que diziam respeito aos impactos que causará; que essa audiência pública era uma reunião inicial, com o objetivo de se apresentarem à comunidade os dados até então obtidos a partir de levantamentos feitos e colher



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dela todas as opiniões que serão levadas em conta quando da elaboração do EIA/RIMA; que a CESP tinha orgulho daquilo que fazia, como, por exemplo, com a grande experiência de sua equipe instalar e gerenciar 25 reservatórios; que o EIA do “Empreendimento Hídrico Santa Maria da Serra” será elaborado por profissionais que não são vinculados à CESP; que essa companhia vinha realizando o que foi proposto nos estudos sobre as represas, resolvendo todos os problemas, inclusive aqueles relacionados com as áreas inundadas, que perfaziam aproximadamente 1 milhão de ha de água; que a CESP, a partir dessa reunião e da constatação de alguns problemas, elaborará um documento mais completo e o enviará à SMA. Em seguida, a analista ambiental Maria Sílvia Pinto Moreira, coordenadora técnica da equipe que confeccionou o RAP, ofereceu as seguintes informações: que se estava discutindo nessa audiência pública o Relatório Ambiental Preliminar - RAP, elaborado pela CESP a partir de um roteiro proposto pela SMA, do qual constavam: os resultados obtidos em levantamentos de campo, os objetivos do empreendimento, sua caracterização, a da área diretamente afetada e a daquela denominada “área de influência” e a relação das medidas mitigadoras propostas para minimizarem-se os impactos; que a área de influência direta era a Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; que, por razões de ordem metodológica, utilizaram-se critérios para a definição dessas áreas, e, em relação ao meio físico, elas foram definidas em função da sub-bacia do Piracicaba, no trecho a ser inundado, enquanto para os estudos da sociedade, considerou-se o conjunto dos Municípios ribeirinhos que terão área alagada; que, na definição da área diretamente afetada, os estudos do meio físico-biótico consideraram a cota 457 com remanso na 458,50 m, enquanto os estudos da sociedade optaram por uma dupla abordagem: para os estudos dos impactos sobre as benfeitorias, a cota de inundação, e, para os estudos de população e de atividades econômicas, as propriedades ribeirinhas atingidas pelo reservatório; que a construção do reservatório compreendia a escavação de significativos volumes de solo, na área da estrutura de concreto, o alteamento em aterro compactado, os trabalhos na eclusa e no canteiro de obras; que as formas de erosão presentes na região eram resultados de vários processos erosivos, com o escoamento superficial das águas pluviais, produzindo erosão laminar, em sulcos, ravinas e voçorocas; que a acelerada ocupação antrópica nas últimas décadas vem substituindo formações florestais originais por pastagens e culturas; que a vegetação se encontrava muito prejudicada, ocupando áreas onde o relevo era um pouco mais acidentado e de difícil acesso, ou acompanhando os corpos d’água, formando as matas ciliares; que a diminuição de fluxo da água iria aumentar a sua permanência e diminuir a oxigenação do lago; que a transformação do rio em reservatório iria reduzir os picos de cheia, influenciando em seus mecanismos e impactando a reprodução de peixes e o desenvolvimento de peixes jovens; que, para as duas olarias existentes no Município de São Pedro (cuja produção era pequena, o que demonstrava não existir nessa área um pólo cerâmico-oleiro) e os doze portos de areia (que funcionavam através de dragas e batelões ao longo do rio e que geravam emprego diretos) estavam sendo propostas três e duas alternativas, respectivamente; que 50 lotes urbanos serão afetados, os quais, além dos residenciais, 23 são chácaras, 87 ranchos e 33 loteamentos; que, ao todo, 183 unidades serão atingidas, entre as quais, muito poucas são residenciais; que a estrutura fundiária se mantinha na área afetada; que eram 94 as propriedades rurais afetadas; que a ponte localizada no Município de Artemis não será afetada, mas alguns de seus acessos, sim; que, no rio, nenhum sítio arqueológico foi encontrado; que o sistema viário do entorno será seccionado, como também a rede de telefonia e de transmissão elétrica; que, para o canteiro de obra, o RAP apresentava duas propostas de leiaute; que a área do empreendimento já se encontrava bastante alterada em seus aspectos naturais, pois o desenvolvimento regional poluiu o rio, aumentou a suscetibilidade à erosão e fragmentou a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vegetação; que as condições do rio apresentavam resultados aceitáveis e as atividades econômicas reproduziam as características da região; que as medidas mitigadoras constituíam-se ações para mitigar e compensar os impactos; que o combate à erosão tentará evitar o assoreamento e possibilitar a melhoria da qualidade da água; que a integração das diversas atividades estará de acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos; que o programa de manutenção dos reservatórios obedeceriam as normas da legislação referente a recursos hídricos; que foi elaborado programa de conservação das áreas degradadas, de manejo da fauna e flora terrestre; que, para as unidades de conservação, estava sendo feito uma proposta que, além de atender o disposto pela resolução Conama específica, fazia o detalhamento dos programas elaborados para as atividades ambientais que já vinham sendo desenvolvidas na região; que a conservação da ictiofauna seria propiciada por ações que garantissem a manutenção da diversidade pesqueira, como, por exemplo, através da adoção de mecanismos de transposição de peixes, de programa de reflorestamento que visassem garantir seu alimento e de técnicas adequadas; que o monitoramento da água permitirá um manejo de preservação dos ecossistemas aquáticos; que o programa de realocamento da população tinha como premissa os diferentes grupos sociais que necessitavam diferentes tratamentos; que fora elaborado também um programa para a mão-de-obra cujo principal objetivo era garantir sua saúde e evitar maiores problemas no quadro dos problemas regionais; que a recomposição das áreas de lazer será feita de acordo com os órgãos municipais aos quais se vinculam as áreas afetadas; que o sistema viário será recomposto e a parte de saneamento afetada, reconstruída; que toda a infra-estrutura será considerada; que o EIA/RIMA tratará de forma mais detalhada todas essas informações. O Secretário Executivo informou que se passaria para a fase em que se pronunciavam os representantes do coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, isto é, o conselheiro Condesmar Fernandes de Oliveira e um representante da Sociedade de Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba-Sodemap, o Sr. João Moreno. O primeiro teceu as seguintes considerações: que fazia a todos um convite à reflexão sobre o fato de que se estava discutindo tão-somente o aspecto burocrático e que era também importante discutir-se a própria vida, tanto em termos de “grana”, que possibilitava a melhoria do dia a dia, como a qualidade depois da implantação desse empreendimento; que, quando criança, ouvia falar, com um certo romantismo, das pescarias que se faziam em sua região, fatos que atualmente não mais aconteciam; que esse empreendimento iria alterar as condições de vida em Artemis e que lembrava que Artemis fora uma deusa; que esse Rio Piracicaba, que um dia teve alma, já fora barrado, poluído, retificado, alterado; que, enquanto pessoas e cidadãos, teríamos de pensar nessas coisas; que gostaria de saber qual era realmente o empreendimento que iria ser construído, pois o RAP se referia a uma barragem e analisava apenas, pontualmente, o impacto que ela provocaria, enquanto a apresentação feita pelo empreendedor se referia à Hidrovia Tietê-Paraná, que, além dos impactos pontuais, provocaria também impacto regional; que o processo de licenciamento considerava os impactos, sejam eles positivos ou negativos, e o RAP não fazia referência aos impactos dessa hidrovia em todo o País e que, ao referir-se a ela, procedia de forma muito superficial; que à página 9 do RAP era dito que essa obra será financiada pelo Governo do Estado de São Paulo e construída pela CESP, embora não ficassem claras as bases legais que legitimavam essa função empreendedora da companhia, uma vez que estava vigendo uma nova política de recursos hídricos; que a Resolução 42/94 estabelecia que a SMA deveria analisar o RAP, embora não estivesse claro, através desse documento, que empreendimento a CESP estava propondo, o que se estava licenciando, isto é, se a hidrovia ou a barragem; que, enquanto representante de entidade ambientalista, defendia o ponto de vista de que não havia um Plano Diretor de Transportes



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

para o Estado que desse lugar à implantação de modais; que era necessário antes planejar-se esse setor e, a partir de um Plano Diretor de Transportes, implantar essa hidrovia; que não estava dito como do ponto de vista ambiental se planejavam as ocupações que ocorrerão ao longo da hidrovia; que, aos olhos da entidade, para planejar-se essa hidrovia era necessário um plano diretor de desenvolvimento, pois só a partir dele se saberia se ela seria ou não necessária e, em decorrência, se se exigiria ou não o EIA/RIMA; que, sem esse plano diretor, corria-se o risco de acontecer o que ocorreu com o RAP, que não continha quase nada, principalmente em relação à ictiofauna, aspecto esse que fora superficialmente estudado. O representante da Sodemap, João Moreno, teceu as seguintes considerações: que era doutorando em ciência ambiental e que iria ater-se apenas a duas questões fundamentais; que não iria tecer considerações sobre a viabilidade técnica da Hidrovia Tietê-Paraná enquanto fator de indução de desenvolvimento econômico, mas nas falhas do Relatório Ambiental Preliminar-RAP, o que, na verdade, nesse primeiro momento, era até natural, mas, dadas a envergadura e a amplitude desse projeto, alguns aspectos importantes não poderiam deixar de ser levados em conta; que, por exemplo, se assistia nesse final de século a internacionalização do capital, e que o Mercosul constituía uma das estratégias para isso, e que esse relatório se atinha a questões muito pontuais; que o encadeamento dos impactos não era claro e tampouco ficava demonstrada a viabilidade desse projeto do ponto de vista nacional; que o Município de Piracicaba participava desse fenômeno de metropolização, na medida em que passava a ter um papel estimulador; que esse processo desencadeara um grande fenômeno e que se devia, pois, elaborar um EIA que contemplasse os impactos desencadeados; que esse projeto da hidrovia era a porta do Mercosul, na medida em que funcionava como fator indutor; que não havia um plano de capacitação ambiental do desenvolvimento que será acarretado por essa hidrovia; que sobre o desenvolvimento que Piracicaba terá enquanto eixo indutor de crescimento o RAP não continha informações; e que sua reivindicação, portanto, era que se fizesse um estudo completo. O Secretário Executivo informou que se passaria à etapa da audiência em que se pronunciavam os representantes das entidades organizadas da sociedade. O primeiro a se pronunciar foi o representante do Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba e Jundiaí, Francisco Carlos Castro, que teceu as seguintes considerações: que o consórcio tinha como objetivo promover a recuperação ambiental dos rios, através do tratamento de esgoto e de resíduos sólidos, e da mata ciliar, e garantir água para o abastecimento e para o desenvolvimento da região; que fazia parte da subcomissão que, composta por representantes de diversos órgãos, inclusive da Câmara Municipal, analisou o RAP, em todos os aspectos, inclusive a inundação das áreas agricultáveis, os impactos causados sobre a população, sobre a condição econômica dos pescadores que aí exerciam suas atividades, sobre a indução de emprego, tendo concluído que, embora venham a ocorrer impactos negativos, as medidas propostas para mitigação garantirão a viabilidade ambiental desse empreendimento; que a conclusão dessa análise encaminhada ao Comitê de Bacias Hidrográficas era favorável a esse projeto que garantirá o uso múltiplo das águas, desde que sejam implementadas algumas medidas, como, por exemplo, o tratamento de esgotos. Manifestou-se, em seguida, o presidente da Coopervap e ex-Prefeito do Município de Piracicaba, Antonio Carlos Mendes Thame, que teceu as seguintes considerações: que se iniciava com essa audiência pública um processo cuja tramitação começara há algum tempo, a qual, por sua vez, possuía uma processualística definida, formal, que se baseava na publicidade de todos os atos e na participação de todos os envolvidos; que a legislação ambiental brasileira procurava garantir essa publicidade, cujo objetivo era a obtenção, pela SMA e pelo Consema, dos elementos que orientem a aprovação ou rejeição do projeto; que o Governo do Estado garantira que, se aprovado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambientalmente esse projeto, ele será implementado; que, em vez de se questionar o que se estava licenciando -- todo o empreendimento ou apenas a represa -- e o impacto que a hidrovía provocará, se deveria ater apenas ao fato que a aprovação pelo comitê de bacias e pelo consórcio e a análise que será feita pela SMA garantirão a elaboração de um estudo mais completo, que proporá todas as medidas mitigadoras necessárias; que, como foi dito anteriormente, a barragem, enquanto vetor extraordinário de desenvolvimento, induzirá uma maior ocupação e demandará uma melhor infraestrutura; que era preciso mencionar os impactos positivos que serão provocados, como uma maior capacidade do Município de Piracicaba para suportar a demanda, a saída de um grande número de caminhões das estradas e, conseqüentemente, a diminuição do “efeito estufa” nas rodovias paulistas etc.; que parabenizava a todos pela contribuição para elaboração de um EIA mais completo. Em seguida, manifestou-se a representante da Fundação G. Guidotti, Maria Tereza Mariano, que fez as seguintes observações: que os estudos feitos comprovavam a existência de um grande número de impactos; que era necessário fosse elaborado um EIA sobre a hidrovía; que haverá impacto em Barra Bonita; que só se falou dos impactos positivos sobre a economia, e que era necessário elaborar-se um estudo que contemplasse todos os aspectos que não foram contemplados pelo RAP. Em seguida, manifestou-se o representante dos Comitês das Bacias Hidrográficas de Piracicaba, Capivari e Jundiaí, Rui Brasil Assis, que teceu as seguintes considerações: que já foi citado o trabalho realizado no âmbito do comitê de bacia, que era um fórum deliberativo, do qual participavam 57 Municípios e era composto por 16 representantes de órgãos governamentais e 16 da sociedade civil; que esse empreendimento fora analisado por esse comitê e fora por ele unanimemente aprovado no âmbito de seu plenário, processo em que, por razões óbvias, só a SMA se absteve; que foram analisados, nessa oportunidade, seis aspectos principais, entre eles, a inserção desse empreendimento no contexto regional e a utilização múltipla da água etc.; que o comitê havia sugerido a elaboração de um relatório específico pela Cetesb; que foi analisado o problema do assoreamento, não só referente ao reservatório, mas a toda a bacia; que se elaborou um relatório com uma série de recomendações, as quais, depois de aprovadas pelo comitê e publicadas no “*Diário Oficial*”, foram encaminhadas à CESP e à SMA e que se solicitava fossem consideradas quando da elaboração do EIA; que o comitê entendeu como viável esse empreendimento desde que adotadas essas medidas, principalmente aquelas relativas ao combate à erosão e ao tratamento dos esgotos domésticos. Em seguida, manifestou-se o representante do PPS, João Hermann Neto, que teceu as seguintes considerações: que uma discussão como essa devia abordar os aspectos positivos e negativos desse empreendimento, pois o governo do Estado estava empenhado na questão da rodovia, pois se dizia que até a alocação das verbas já havia sido feita; que não se devia esquecer que Piracicaba sofrera um trauma provocado por uma questão dessa natureza, e esse trauma havia sido provocado por “Fábio Yassuma”, que retirou, com a promessa de que se faria a compensação, uma quantidade significativa de água do nosso rio, e que a única vantagem obtida pelo Município foi o mau cheiro que desde então passou a ser sentido; que o Governador Mário Covas, ao mesmo tempo que afirmava que a CESP construirá essa obra, garantia em todos os fóruns que essa companhia será privatizada, o que provocava, nos piracicabanos, a preocupação sobre quem, efetivamente, se responsabilizará pela construção e gerenciamento dessa obra; que se fazia necessário falar a verdade e não se deixar enganar pela boa fé e pela esperança, mesmo que venham da parte dos técnicos da CESP. Manifestou-se, em seguida, João Antonio Moreno Sebastianes, representante do Partido Verde, que teceu as seguintes considerações: que no programa de seu partido se defendia o transporte hidroviário, não só pelo aspecto econômico, mas também ecológico; que havia acompanhado o trabalho da hidrovía, e se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

perguntava se realmente o governo do Estado vai implantá-la com todos os recursos e medidas necessárias; que se deveria também levar em conta que a CESP se encaminhava para a privatização e que essa situação deveria ser pensada com maior cautela, pois era melhor não começar do que iniciar a obra e deixá-la de lado; que seria interessante que a hidrovía fosse implantada, mas era preciso que o governo tornasse disponíveis os recursos econômicos como também solucionasse os problemas ambientais, conservando o solo, combatendo o assoreamento, promovendo a recuperação das matas ciliares e o tratamento de esgotos, para que não ocorresse a eutrofização, e preservando a fauna, principalmente as espécies em extinção; que não concebia o desenvolvimento como inchaço, pois se precisava oferecer empregos, primeiro para as pessoas que residiam no Município, pois senão se agravará a situação de quem nele morava; que tudo tinha de ser levado a sério, sem politicagem e sem demagogia. O Secretário Executivo informou que se passaria à etapa em que as pessoas presentes se manifestavam em seu próprio nome. O primeiro a se pronunciar foi o Senhor José Marcelo, que, grosso modo, emitiu os seguintes pontos de vista: que a técnica existia para se fazer a coisa bem feita, daí a necessidade de bons técnicos e de boa vontade; que não via nesse processo a participação da iniciativa privada e uma divulgação dos produtos e recursos que serão utilizados para que essas empresas pudessem dele participar. Em seguida, Ester Silvestre da Rocha emitiu os seguintes pontos de vista: que, embora sabendo que os deputados não podiam se fazer representar, estava representando o Deputado Federal José Machado, que pedia desculpas por não estar presente; que ele vinha acompanhando a luta da população pela garantia da manutenção da qualidade de vida nesse processo de desenvolvimento; que gostaria de contribuir para uma maior reflexão, utilizando como subsídio “*Os Lusíadas*”, que narrava as conseqüências das descobertas no campo das navegações e do desrespeito aos ecossistemas ocorrido nesse período; que não se podia esquecer esses acontecimentos no momento em que se vivia um outra etapa da navegação; que, anteriormente, existiam aqueles que viviam em harmonia com a Natureza, a qual deveria ser mantida e respeitada, razão por que se fazia necessário que os problemas levantados nesse processo deveriam ser equacionados. Em seguida, Benedito Augusto de Moura, depois de cumprimentar a todos, referiu-se a alguém que chamou de “mentiroso”, pois retirou água do Município e não cumpriu suas promessas quanto às compensações que seriam dadas em troca dessa retirada; que faltava ao brasileiro assumir suas responsabilidades, como faziam os norte-americanos que tinham a coragem de fazer um filme para mostrar como matavam os índios num determinado período de sua história; que não existia nenhum tipo de progresso que só trouxesse vantagem ou desvantagem; que se se andasse por volta de Piracicaba se iria encontrar alguns prefeitos que esperavam a implantação dessa hidrovía para que as indústrias se instalassem em seus territórios. Em seguida, Fausto Longo emitiu as seguintes opiniões: que, com orgulho e tristeza, participava da discussão sobre esse empreendimento; com orgulho, porque, depois de tantos anos, estavam frente a frente o Estado e os cidadãos de Piracicaba; e com tristeza, porque as pessoas falavam do Estado como se ele fosse fazer tudo sozinho, fosse a garantia de que isso fosse ou não fosse feito; que queria saber se os cidadãos de Piracicaba teriam ou não coragem para assumir sua responsabilidade, pois quem era responsável sobre a cidade eram eles, seus moradores, e que, portanto, não se precisava responsabilizar ninguém; que, em 1946, já existia em Piracicaba um bloco chamado “Chega de blá, blá, blá, queremos navegar”; que se tinha de saber claramente o que se queria e não se delegarem as responsabilidades, pois a valorização da terra, o crescimento das indústrias, seu crescimento qualitativo, iria proporcionar riquezas aos piracicabanos e que, portanto, eram eles que tinham de enfrentar essa luta; que essa bandeira era de Piracicaba e que, assim, não dava para transferi-la para as mãos de outras pessoas. José de Carvalho Tedesco, por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sua vez, teceu as seguintes considerações: que queria dizer que Piracicaba já possuía coragem, pois no dia anterior havia sido fundada a Cooperativa dos Empresários, que irá defender com garras e dentes esse empreendimento; que os sócios dessa cooperativa estavam dispostos a participar desse projeto e que também se encontrava aberta para todos os empresários que quisessem participar desse processo, buscando recursos e aportes e pressionando o Governo do Estado; que a Cooperativa do Pólo Industrial Hídrico e Turístico de Piracicaba havia sido fundada no dia 25 de março de 1997 e que, a partir daquele momento, esses empreendedores se reuniram em torno desse projeto, cuja implantação gerará emprego, desenvolvimento e a caminhada para a criação de melhores condições de vida, como Araçatuba, por exemplo, que se transformou na cidade da maior renda *per capita* do Brasil. Em seguida, o Secretário Executivo informou que se passaria a etapa em que se pronunciavam os representantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente-Consema. O conselheiro Alcir Vilella teceu as seguintes considerações: que essa era a primeira audiência feita pela SMA antes da elaboração de um EIA/RIMA e que, por esse motivo, era natural que ocorressem alguns equívocos, pois com ela se abria um processo de discussão e a possibilidade de que o EIA incorporasse os desejos e as preocupações de seus moradores; que, normalmente, a audiência pública era realizada só depois de elaborado o Estudo; que, quando a CESP elaborar o EIA, incorporará tudo o que foi dito nessa oportunidade; que o fato de se estar discutindo esse documento significava que a SMA não considerava o RAP suficiente, embora possuísse os dados necessários para embasar o posicionamento da sociedade. Em seguida, o Secretário Executivo informou que se passaria à fase em que se manifestavam os parlamentares. Manifestou-se o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Egydio Mauro, que teceu as seguintes considerações: que acompanhou de perto a elaboração do RAP I e do RAP II, pois havia reivindicado que a Câmara Municipal acompanhasse sua realização; que as dez entidades opinaram sobre esse documento e que, portanto, ele fora discutido e analisado amplamente pelas entidades; que, no mês de setembro, tinha sido entregue ao Secretário Fábio Feldmann o posicionamento dessas entidades; que, como morador de Artemis, havia recebido indenização pela desapropriação que sofreu em Barra Bonita e que sabia que, no caso do “Empreendimento Hídrico Santa Maria da Serra”, elas não chegavam a novecentos alqueires, pois os danos provocados seriam bem menores que os de Barra Bonita; que gostaria de conclamar os representantes ambientalistas para participarem mais do projeto, apresentando propostas de medidas mitigadoras e não deixassem para questionar só na última hora; que esses “companheiros” poderiam dispor da Casa de Leis desse Município, para que, efetivamente, ela se tornasse um palco de discussão e entendimento. Em seguida, manifestou-se o Vice-Prefeito do Município, João Chadad, que teceu as seguintes ponderações: que era um otimista, pois, como o prefeito anterior e o atual, havia participado intensamente desse projeto, inclusive delegando poderes, para que fosse possível a chegada desse desenvolvimento ao Município; que era otimista porque considerava esse programa irreversível, pois paralelamente estavam acontecendo fatos que comprovavam o interesse não só dos empresários, mas também da população; que tinha fé no desenvolvimento de Piracicaba; que estava preocupado em conferir infra-estrutura ao Município, através de convênios com as universidades (em seguida, através de transparências mostrou o Anteprojeto do Plano Diretor do Município). Em seguida, o Secretário Executivo informou que se passaria à fase de réplicas, quando novamente poderiam se manifestar os representantes do empreendedor, da equipe que elaborou o RAP e do coletivo de entidades ambientalistas cadastradas no Consema. O primeiro a se pronunciar foi o representante do empreendedor, Joaquim Carlos Teixeira Riva, Diretor do Departamento de Hidrovias da CESP, que declarou ter sido extremamente válido o debate; que desde o primeiro dia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que se começou a pensar nesse relatório, a equipe da CESP esteve aberta a discussões; que, pela primeira vez, se estava fazendo a audiência pública de um RAP; que todos os pontos seriam analisados e fariam parte do EIA; que gostaria que todos visitassem os empreendimentos da CESP para ver o progresso e a melhoria da qualidade de vida que trouxeram; que perto desse Município se poderia obter uma prova do que estava afirmando, precisamente o Pólo de São Simão, em Goiás, onde todas as melhorias, na saúde e na educação, giravam em torno desse empreendimento; que outro aspecto extremamente importante era que esse era um projeto do Governo do Estado de São Paulo; que se criará uma *holding* e, dentro dela, a CESP se transformará em uma *authority*, responsável pelos empreendimentos dessa natureza, principalmente porque estava presa ao desenvolvimento dos Rios Tietê e Paraná; que o RAP continha tudo o que fora criticado, como, por exemplo, a análise da ictiofauna, da erosão e da qualidade das águas; que todas ou quase todas as perguntas estavam respondidas nesse documento mas seriam mais bem respondidas no EIA, para o que fora importante a participação de todos; que o empreendimento seria implementado o mais breve possível, pois o processo de conurbação era muito intenso; que a melhoria da qualidade de vida ocorrerá, pois, em dez anos, serão gerados 40 mil empregos e 300 mil viagens/dia seriam economizadas; que a hidrovia teria um impacto cinco vezes menor que o impacto ferroviário e quinze vezes menor que o rodoviário; que os piracicabanos e as piracicabanas deveriam levar esse projeto à frente, lutando para que ele fosse implantado no menor espaço de tempo possível; que a CESP estará presente, mesmo que, por acaso, ele venha a ser feito por outra empresa; que esse projeto também se interligará com o anel viário; que conclamava a todos para que, juntos, criassem uma comissão técnica que acompanhasse o projeto passo a passo. Em seguida, outro representante do empreendedor, Daniel Salati, ofereceu as seguintes informações: que, como dissera o Presidente da Câmara, o RAP servirá de base para o EIA, e que, nessa outra fase, haverá necessidade de maior participação da sociedade; que o EIA seria feito por terceiros, após uma concorrência, e será o mais completo possível, pois conterà resposta para todas as questões que foram levantadas; que restará à CESP executar toda essa programação, exigida pela comunidade e pela SMA, e que tinha certeza de que a equipe de meio ambiente dessa companhia tinha condições de executar a contento tudo o que fora exigido; que parabenizava a Mesa pela forma como foram conduzidos os trabalhos; que reforçava a necessidade de a comunidade estar presente em todas as discussões, para que não viesse *a posteriori* reclamar ou lamentar. Em seguida, um dos representantes do Fórum das Entidades Ambientistas Cadastradas no Consema, João Moreno, em sua réplica, teceu as seguintes considerações: que se tentou ser cordial nas críticas feitas sobre a falta de informações sobre a hidrovia, que era um projeto mais amplo; que, enquanto cidadão, estava preocupado com a privatização da hidrovia, por ser uma questão muito séria; que não existia um plano macro de ocupação regional, pois o relatório era muito pontual, não levava em consideração a influência dessa hidrovia; que o Município de Piracicaba não estava preparado, haja vista as informações oferecidas pelos representantes da Prefeitura, cujas transparências demonstravam ausência de planejamento ambiental; que era necessário um plano macro para essas regiões por onde a hidrovia passará; que, sem dúvida nenhuma, esse empreendimento gerará desenvolvimento, mas que era preciso planejamento; que o anel viário deveria ser contemplado por essa gestão; que não acreditava na classe empresarial, que iria continuar usando a carreta, deteriorando o meio ambiente; que, para se sustentar a viabilidade de uma hidrovia, se deveria pensar no plano macro, na inserção da hidrovia nesse meio; que não era possível passar esse desenvolvimento para a iniciativa privada, pois se tratava de uma questão geopolítica, que não deveria ser gerenciada por uma única classe econômica;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que o Município de Piracicaba não estava preparado, que era necessário um plano macro-rodoviário de transporte. O outro representante do Fórum das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, Condesmar Fernandes de Oliveira, ofereceu as seguintes informações: que o empreendedor falava que todas as questões estavam contempladas nesse documento, o que não era verdade, pois sequer estava bem-descrita a ictiofauna, as espécies de peixe; que, quando a SMA analisava essas, como tantas outras questões, procedia de forma muito correta, e era necessário ter seriedade, pois se tratava de uma obra científica que não podia ser elaborada de qualquer forma; que outra questão era a da legalidade, que o RAP tratava só do empreendimento hídrico, só da barragem, e não da hidrovia; que se tinha de assumir o que se estava discutindo e que não era possível que se fizesse tergiversação; que agradecia a SMA a realização desse evento, que era uma conquista da sociedade civil; que agradecia a participação do Consema e de todas as pessoas presentes, as quais podiam encaminhar sugestões para elaborar um melhor plano. Em seguida, o Secretário Executivo informou que passaria a palavra à representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais, Elza Takahashi, que, esclarecendo uma dúvida levantada durante as discussões, informou terem sido cumpridas todas as formalidades estabelecidas para esse processo, inclusive publicada a súmula desse documento no Diário Oficial, que passou a ler. Por último, o Secretário Executivo agradeceu a participação de todos, esclareceu que as sugestões e propostas apresentadas seriam todas encaminhadas ao DAIA, para serem juntadas ao processo e usadas na fase de análise do empreendimento, e declarou finalizados os trabalhos. E, como mais nada foi tratado, eu, Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Consema, lavrei e assino a presente ata.

GSF-PS